

Papers do NAEA

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 349

O JAPÃO NO CONTEXTO DAS GRANDES MIGRAÇÕES

Reiko Muto
Luis E. Aragón

Belém, Dezembro de 2015

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma instituição de Pós-Graduação vinculada à Universidade Federal do Pará, fundada em 1973 com o objetivo de estimular e produzir projetos de pesquisa sobre a Pan-Amazônia.

Tem como objetivos fundamentais o **ensino** em nível de pós-graduação, visando em particular, a identificação, descrição, análise, interpretação e solução dos problemas regionais amazônicos; a **pesquisa**, notadamente em assuntos de natureza sócio-econômica relacionados com a região; e a **informação**, através da coleta, elaboração, processamento e divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região

Desenvolve seus trabalhos priorizando a interação entre as atividades de ensino e pesquisa, por meio de ferramentas de planejamento, de elaboração de projetos, no âmbito das modalidades de gestão.

As atividades de ensino estão organizadas no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU), que integra os níveis Doutorado e Mestrado e no Programa de Pós-Graduação Lato Sensu, no nível de Especialização.

Baseado no princípio da interdisciplinaridade, realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto

Armin Mathis

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Durbens Martins Nascimento

Conselho editorial do NAEA

Durbens Martins Nascimento

Ana Paula Vidal Bastos

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Francisco de Assis Costa

Lígia Lopes Simonian

Luiz Eduardo Aragon

Nírvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

Saint-Clair Trindade

Silvio Jose de Lima Figueiredo

Simaia do Socorro Sales das Mercês

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

PAPER 349

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

O JAPÃO NO CONTEXTO DAS GRANDES MIGRAÇÕES

Reiko Muto¹
Luis E. Aragón²

Resumo:

Procurou-se neste artigo analisar o processo migratório dos japoneses numa perspectiva direcionada para o lugar de origem. Resgatou-se as causas que levaram os japoneses a retardar a emigração ultramarina na época das “grandes migrações”, do fim do século XIX e início do século XX, a partir do contexto histórico e político do Japão na Era dos Tokugawa (1603 a 1868) até as emigrações pós-Segunda Guerra Mundial. Como estratégia metodológica, adotou-se a pesquisa qualitativa de cunho interpretativo de um levantamento realizado pela Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa que registra o número de imigrantes japoneses residentes no Brasil chegados entre 1908 e 1962. Constatou-se que, dentre as regiões do Japão, o maior contingente veio de Kyushu (região sul). Da região de Kanto (Tokyo e as províncias ao redor - parte mais densamente povoada do Japão) saiu apenas um pequeno contingente, o que indica que a densidade demográfica por si só, não foi o fator determinante para a mobilidade dos japoneses. A maioria dos imigrantes veio das regiões pobres do Japão, predominantemente de economia agrícola e de pesca. Ademais, na análise foi justificado o porquê da vinda de agricultores em sua maioria e as principais condicionantes que favoreceram a permanência desses imigrantes, entre as quais, os valores culturais foram fundamentais para a fixação desse povo em solo brasileiro.

Palavras-chave: Emigrantes japoneses. Japoneses no Brasil. Era Tokugawa. Era Meiji.

Abstract:

In this paper we analyze the migration process of Japanese from the point of view of the place of origin. We rescued the causes that led the Japanese to slow the emigration overseas at the time of the "great migration" of the late nineteenth and early twentieth century, from the historical and political context of Japan from the Tokugawa Era (1603 to 1868) until the emigrations occurred after the Second World War. As a methodological strategy, we adopted the qualitative interpretation of a survey conducted by the Commission of the Census of the Japanese Colony which registers the number of Japanese living in Brazil that arrived between 1908 and 1962, in order to demonstrate how many Japanese migrated to Brazil and which regions they came from. It was found that among the regions of Japan, the largest contingent came from Kyushu (southern region). From the Kanto region (Tokyo and provinces around - most densely populated part of Japan), came out only a small contingent, indicating that the population density alone is not the determining factor for the mobility of Japanese. Most immigrants came from the poorest regions of Japan, predominantly agricultural and fishing economy. Beside it we justified why those immigrants were mostly farmers, and the main conditions that favored the permanence of these immigrants, including cultural values that were essential for the establishment of this people on Brazilian soil.

Keywords: Japanese emigrants. Japanese in Brazil. Tokugawa Era. Meiji Era.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônico/Universidade Federal do Pará.

² Professor e pesquisados do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará e Coordenador da Cátedra UNESCO de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável.

INTRODUÇÃO

Embora cerca de 10 milhões de africanos e 15 milhões de europeus tenham cruzado o Atlântico em direção às Américas antes de 1880 (KLEIN, 2000, p. 13), nada se compara à quantidade que chegou durante o período conhecido como das “grandes migrações” do final do século XIX e início do século XX. Segundo Klein (2000), entre 1881 e 1915, cerca de 31 milhões de imigrantes chegaram às Américas, sendo os três primeiros países de destino Estados Unidos com 21,7 milhões (70%) de imigrantes, Argentina com 4,2 milhões e Brasil com 2,9 milhões de imigrantes.

No cenário nacional, Levy (1974) informa que os primeiros registros sobre a imigração estrangeira no Brasil são de 1820, após doze anos da instalação da família imperial no Rio de Janeiro. Entre 1820 e 1876 estima-se que chegaram ao Brasil 350.117 estrangeiros, dos quais 46% portugueses; 13% alemães; 5% italianos; e 36% de outras nacionalidades. E nos 100 anos que vão de 1872 a 1972, segundo a mesma autora, o contingente de imigrantes que entrou no Brasil atingiu 5.350.889, dos quais 31,06% portugueses, 30,32% italianos, 13,38% espanhóis, 4,63% japoneses, 4,18% alemães, e 16,42% de outras origens. A maioria concentrou-se no Sudeste. Só em São Paulo, nos censos de 1900, 1920 e 1940, os estrangeiros representavam, respectivamente, 21%, 18,1% e 11,3% da população do estado (BASSANEZI, 1995, p. 9).

Nesse panorama verifica-se que os japoneses chegaram ao Brasil com atraso de pelo menos 80 anos em relação aos europeus. Além do mais a imigração dos japoneses foi uma corrente curta, intensa e relativamente pequena em comparação com a dos europeus, considerando que do início da imigração japonesa (1908), até o término da Segunda Guerra Mundial (1945), haviam ingressado 188.615 japoneses, de acordo com o levantamento de Levy (1974). Entretanto, apesar do contingente de japoneses representar 4,63% no contexto das imigrações estrangeiras (no período de 1872 a 1972), foi o que teve menor índice de retorno (LEVY, 1974).

A vasta literatura sobre o processo migratório dos japoneses para o Brasil, verificada com profundidade e riqueza de detalhes, é, fundamentalmente, a visão do lado brasileiro, isto é, o contexto histórico e político nacional em que ocorreu a vinda desses imigrantes e a sua permanência em solo brasileiro. Entretanto, como afirma Sayad (1988), não é possível entender completamente o processo migratório sem analisar também o contexto histórico e

político dos lugares de origem e não somente dos lugares de destino. Nesse sentido, justifica-se neste artigo, a investigação do fluxo de migrantes japoneses para o Brasil, direcionando a pesquisa para o ponto de origem, ou seja, na busca de fatores que engendraram a emigração além-mar, com foco nos seguintes questionamentos: (1) Se os países americanos estavam numa época de grande expansão econômica, por que os japoneses levaram tanto tempo para chegar ao Brasil? (2) Como ocorreu a emigração ultramarina desse povo no contexto das migrações internacionais? (3) Por que eles vieram trabalhar em terras americanas tão distantes do Japão? (4) De que regiões vieram para o Brasil? (5) Por que a maioria dos que chegaram ao Brasil eram agricultores e quais foram as condicionantes que favoreceram a se fixar neste país?

UM OLHAR AO CONTEXTO HISTÓRICO JAPONÊS

Inicialmente para entender as principais causas que levaram os nipônicos a retardar a emigração ultramarina na época das “grandes migrações”, procurou-se conhecer as razões que impediram a concretização desse movimento, cujas respostas encontram-se nos anais da história japonesa e de suas diversas interpretações e lendas.

Desde antiguidade a terra do Sol Nascente (*Nihon*) foi alvo de diversas tentativas de invasão pelos chineses, que buscavam o domínio do arquipélago japonês. Também, no século XVI aportaram no Japão várias expedições europeias para comerciar e catequisar esse povo considerado exótico. Os mercadores portugueses foram os primeiros a chegar à lendária Cipangu³, por volta de 1542 ou 1543, numa época em que os 15 milhões de habitantes viviam mergulhados em sucessivas lutas internas na disputa de terras férteis, em uma sociedade influenciada pela cultura chinesa, porém, ávidos para conhecer a civilização dos estrangeiros. Depois chegaram espanhóis e holandeses em 1600, e ingleses e franceses em 1613, na tentativa de “colonizar” essa nação, como o fizeram em vários lugares dos continentes americano, africano e asiático (LANDES, 1998).

Segundo Magalhães Filho (1973, p. 179), a partir de 1543 foram estabelecidas relações comerciais diretas entre Portugal e Japão, através do porto de Nagasaki, obtendo os portugueses o monopólio do comércio exterior japonês por quatro décadas. Em anos seguidos os portugueses e espanhóis praticaram o comércio marítimo e a catequese da população do sul do Japão, fatos que geravam conflitos e intrigas entre budistas e católicos. Mais tarde, com a chegada dos espanhóis às Filipinas, no século XVI, e a união das coroas de Espanha e

³ Antigo nome do Japão chamado por Marco Polo.

Portugal pelo Rei Felipe II, em 1580, as relações com os ocidentais despertaram nos nipônicos o espírito competitivo, tanto no comércio como na catequese. Alguns historiadores apontam que em 1596 já havia 300 mil japoneses convertidos ao catolicismo (TEIXEIRA, 1977).

No livro “A Revolução dos Samurais”, o embaixador brasileiro no Japão, Luiz Paulo Lindenberg Sette (1991)⁴, relata fatos relevantes da história política dos *Shoguns*⁵ e dos *Daimyos*⁶, que mantiveram a terra do Sol Nascente no isolamento, sob o regime feudal, por quase 250 anos; enquanto na Europa transcorria uma verdadeira revolução com a expansão do colonialismo e depois do capitalismo. A tentativa de cortar definitivamente o contato com o cristianismo e com o mundo ocidental aconteceu em 1633, no *Shogunato* de Iemitsu Tokugawa⁷, quando foi promulgado um édito que estabelecia a pena de morte para quem fosse responsável pela partida de qualquer embarcação para país estrangeiro sem a devida licença, ou para qualquer japonês que houvesse residido em país estrangeiro sem a devida permissão, além da proibição de saída dos súditos japoneses para o estrangeiro (SETTE, 1991, p. 22).

A partir de 1637, a nenhum japonês era permitido deixar o país e aqueles que tinham viajado antes para o estrangeiro - algumas dezenas de milhares para as Filipinas e o Sudeste Asiático - estavam arruinados no exílio. Na sequência, em 1639, nenhum estrangeiro obteve permissão para entrar no país para comerciar, com exceção de coreanos numa pequena ilha ao largo de Honshu (a ilha principal) e de holandeses e chineses na ilha de Deshima, na baía de Nagasaki (LANDES, 1998, p. 398). Com o isolamento dos japoneses mantido por esse édito de 1633, Iemitsu visava afastar qualquer ameaça externa à estabilidade do sistema, que era assegurada pela manutenção rígida dos valores e crenças que sustentavam a hierarquia de poder da sociedade dividida em classes: os samurais que deviam completa lealdade ao seu *daimyo*, que explorava os camponeses, os artesões, e os comerciantes. Ao lado desse controle acirrado para debelar totalmente o cristianismo havia uma xenofobia às coisas e ao saber estrangeiro, que proibia a entrada de livros europeus de modo geral, e certas restrições à literatura chinesa e holandesa. Mesmo a importação de livros não cristãos autorizada pelo

⁴ Sette foi embaixador brasileiro no Japão, no período de 1983 a 1987.

⁵ *Shogun* ou *Xogun* significa comandante do exército, que possuía o poder militar e político. O mais importante *Shogunato* foi o da família Tokugawa que controlou o Japão por mais de 250 anos (1603 a 1868). Durante esse tempo a família imperial esteve confinada em seu palácio desempenhando apenas um papel simbólico.

⁶ *Daimyos* eram os senhores dos feudos, proprietários dos *han*, que deram origem as atuais províncias.

⁷ Neto de Ieyasu Tokugawa, que governou o Japão de 1623 a 1651.

Bakufu (governo dos Tokugawa), em 1720, trouxe sérios conflitos na discussão do mérito da contribuição do novo saber que desafiava as próprias premissas da cultura japonesa (LANDES, 1998, p. 398).

Apesar de todas as formas de constrangimento e opressão que o povo enfrentava, a classe mercantil japonesa prosperou nesse período de paz forçada com o aprimoramento do artesanato e das pequenas manufaturas. Especialmente em função da concentração dos *daimyos* e do *Bakufu* em Edo (atual Tokyo), esta cidade se transformou numa grande capital ostentando vigor e riqueza, enquanto que Kyoto (a capital imperial) mantinha o refinamento e as artes. Nos finais do século XVIII, duzentos anos após a sua fundação por Ieyasu Tokugawa em fins do século XVI, Edo era a maior cidade do mundo com mais de um milhão de habitantes (SETTE, 1991, p. 39).

A despeito da evolução social e cultural das elites, os camponeses levavam uma vida austera sem acesso à educação e aos bens de produção em massa, que já desfrutava a Europa com a revolução industrial em marcha. Assim, em 1853, na época da chegada da poderosa esquadra americana sob o comando de Matthew C. Perry (1794-1858), a sociedade japonesa encontrava-se bem atrasada em relação às grandes potências do mundo ocidental, principalmente em termos de artefatos bélicos, infraestrutura urbana e costumes ocidentais.

O Comodoro Perry, ao exigir a abertura dos portos japoneses para o mundo, provocou uma série de negociações que levariam à assinatura do Tratado da Paz e Amizade (ou Tratado de Kanagawa), em março de 1854. Este tratado concedeu a abertura de dois portos (Shimoda ao sul e Hakodate ao norte) para atender suprimentos aos navios americanos, ajuda a náufragos, e permissão para estabelecer morada ao cônsul americano Townsend Harris, na cidade de Shimoda. De maior importância foi a “aceitação” pelos japoneses da cláusula de nação mais favorecida, pela qual qualquer concessão comercial dada a terceiros países seria automaticamente estendida aos Estados Unidos. Depois, na esteira dos americanos vieram os britânicos (1854), russos (1855) e mais holandeses, visto que estes já tinham acesso aos portos de Deshima. Posteriormente, por pressões do cônsul americano Harris, em 1858, foi concedida a abertura dos portos de Edo (Tokyo), Osaka, Nagasaki, Kanagawa, Hyogo (Kobe) e Niigata (SETTE, 1991).

A pressão estrangeira havia criado uma perigosa reação entre os grandes *daimyos* e no meio dos samurais um sentimento de revolta intensa, gerando guerras internas sucessivas que acabaram levando ao desmoronamento do *Shogunato* e a retomada do poder ao imperador em

1868. Começava aqui a Era Meiji (1868-1912), que foi marcada pela restauração do governo imperial, término do isolamento do Japão, e o estabelecimento de uma nova sociedade civil e democrática (LANDES, 1998, p. 419).

O novo governo sacudiu a estrutura de poder dominante modificando o sistema de propriedade da terra e o término do sistema de classes sociais imperante no período anterior. A cultura ocidental foi encorajada e baixada uma constituição com a estabilização do parlamento, além de reformas na educação (escolaridade geral para todos) e tributação com base monetária. Os tratados desiguais do Período Edo (Era Tokugawa: de 1603 a 1868) também foram revisados, e por conta dos acordos estabelecidos afastou-se a ameaça do colonialismo europeu no Japão, inclusive, o país fortaleceu-se militarmente. A Era Meiji trouxe a ocidentalização do Japão com a arrancada para a industrialização. A partir dessas transformações estruturais, os ministros de governo, os comerciantes e a população de modo geral empreenderam a modernização com intensidade, pelos métodos apreendidos em outras sociedades, especialmente dos ingleses, franceses e alemães, cuja consequência - na forma de condução da burocracia e da engenharia, gerando os alicerces para a fantástica revolução industrial nos grandes centros urbanos do Japão (LANDES, 1998, p. 424-425).

A expansão imperialista promoveu o capitalismo naquele país para o estágio internacional, conhecido como período expansionista. Ainda no fim do século XIX, as reformas sobre as terras geraram endividamento de grande parte dos pequenos proprietários, que se viram obrigados a rumar às cidades, engrossando as fileiras do êxodo rural que levaram os camponeses aos grandes centros urbanos, intensificando o crescimento demográfico e o consequente aviltamento ainda mais intenso do trabalho não qualificado. A partir daí, o enorme contingente populacional começara a sofrer as pressões preconizadas por Malthus, que os levaria a procurar a mesma solução que a Europa havia adotado para os seus problemas, exportando parcela da população (SETTE, 1991, p. 129).

A EMIGRAÇÃO JAPONESA ALÉM-MAR

A emigração internacional do Japão iniciou praticamente em 1868 (início da Era Meiji), quando 153 trabalhadores japoneses contratados para laborar em plantações de cana-de-açúcar foram às ilhas de Havaí de forma clandestina, motivando conflitos diplomáticos entre os dois países. A solução das pendências só foi regularizada em 1871, com a assinatura do Tratado de Amizade entre o Japão e o Havaí, dando início a migração oficial para aquele país em 1875. A partir dessa data, os imigrantes eram contratados por empresas de

colonização por meio de ajuste entre as partes interessadas, cuja modalidade de contratação perdurou até 1894, com a remessa de aproximadamente 30 mil japoneses para Havaí no período de 1885 a 1894 (SAITO, 1961, p. 21, 51).

Respondendo por que os japoneses vieram parar na distante América, não resta dúvida que eles entraram para “Fazer a América” (BORIS, 2000) - onde a terra era abundante e a mão-de-obra escassa. Para os emigrantes daquela época a América, qualquer que fosse o país, significava trabalho e renda, ou ainda, a promessa de uma vida melhor em terras extensas e planas.

Oportuno mencionar que a questão das terras cultiváveis sempre foi um ponto crucial para os nipônicos. O arquipélago japonês de 377.815 mil km², ou seja, menor do que um terço da área do estado do Pará (1.274.689 km²) possui uma alta concentração populacional desde o século XVI. Para se ter uma ideia, mesmo depois da diáspora que ocorreu no século XX, das perdas humanas nas duas guerras mundiais, do controle de natalidade e das taxas de crescimento populacional decrescente, o Japão ainda ocupa o décimo lugar no *ranking*⁸ dos países mais populosos do mundo, com uma densidade demográfica de 377 pessoas p/km²; isto é, próxima à da Índia com 360 pessoas p/km², ou ainda, 15 vezes a densidade demográfica do Brasil (de 22 pessoas p/km² em 2012). Imagine-se a diferença no início do século XX quando havia no Brasil apenas 17,3 milhões de habitantes (2 pessoas/km²), dos quais apenas 445 mil no Pará e 250 mil na imensidão do estado do Amazonas (1.559.159 km²).

E não se trata só do pequeno espaço físico *per capita*, que na verdade é bem menor do que os números, levando em conta as imensas cadeias de montanhas com locais íngremes e inabitáveis. Com características de um país insular todo acidentado, entrecortado pelos rios e lagos e cercado pelo mar, o Japão está assentado na faixa de atrito das placas tectônicas, sujeito a frequentes terremotos, maremotos, furações, geadas e todo tipo de intempéries que o homem pode experimentar. Portanto, com uma população bem maior do que os países americanos e com uma economia agrícola intensiva, os japoneses tinham todas as razões para emigrar em grandes quantidades; só não o fizeram antes porque estavam impedidos pelo regime imposto pelos Tokugawa.

A imigração de japoneses ao continente americano, efetivamente iniciou em 1869, limitada a casos de migração individual que se estendeu até 1880 (SAITO, 1961, p. 22), ano que marca o início das grandes migrações de trabalhadores para “Fazer a América”. Durante

⁸ Population World Atlas 2014.

20 anos entraram grandes contingentes para a costa oeste dos Estados Unidos (Califórnia) para trabalhar na expansão do Oeste americano. Com a suspensão do acordo oficial, em 1894, a emigração passou a ser promovida por empresas particulares, o que ascendeu o número para 46 mil emigrantes em 1900, quando as ilhas Havaí passaram para a jurisdição dos Estados Unidos, e junto, a legislação imigrantista passou também a ser regida pelos EUA. Porém, eram numerosos os nipônicos que se dirigiam à Austrália, Nova Caledônia e outras ilhas do Pacífico, através de empresas particulares que aliciavam os camponeses para a emigração (SAITO, 1961).

A partir de 1900, o governo imperial japonês proibiu a prática de contratação particular para os Estados Unidos e Havaí. Logo, os trabalhadores passaram a empreender migração temporária por conta própria até a assinatura de um novo acordo oficial, em vigor em 1908. Nesse período, entre 1900 e 1908, a migração livre ou espontânea para Havaí tinha atingido 68 mil pessoas, das quais muitas reemigravam para Estados Unidos continental, devido, principalmente, ao elevado nível salarial, em comparação com a precária situação salarial que se encontrava o Japão no início do século XX. A emigração tornou-se mais ativa durante o período de 1905 a 1908 atingindo mais de 27 mil trabalhadores, que seguiram o mesmo caminho trilhado pelos chineses, provocando sérios conflitos com os trabalhadores americanos pela competição instalada no mercado de trabalho (SAITO, 1961).

Com o *Gentleman's Agreement*, celebrado em dezembro de 1907, o governo imperial se comprometeu a não mais permitir a saída livre de trabalhadores com destino aos Estados Unidos, a não ser em casos especialmente permitidos, como as cartas de chamada para fins de reunião familiar e chamada de cônjuges. Mesmo assim, no período de 1912 a 1920, entraram pelos portos de São Francisco e Seattle cerca de 7 mil noivas arrançadas (*Picture Brides*) através de cartas de chamada (HANDA, 1987, p. 77).

Segundo Saito (1961, p. 22), na época do *Gentleman's Agreement*, a colônia japonesa nos Estados Unidos poderia ultrapassar os 100 mil residentes. Entretanto segundo dados do Ministério das Relações Exteriores do Japão utilizados por Saito (1961), o número de emigrantes do Japão para Havaí, Estados Unidos e Canadá, entre 1885 e 1955 representava um pouco mais de 88 mil. Segundo essa fonte nesse mesmo período a quantidade de japoneses chegados ao Brasil era de aproximadamente 197 mil (Tabela 1), número este compatível com o reportado por Levy (1974), 197.452 pessoas.

Por outro lado, o contingente de emigrantes destinados aos países latino-americanos (exceto o Brasil) entre os anos de 1885 e 1905, era de mais de 131 mil, ou seja, bem superior ao contingente destinado aos Estados Unidos e as ilhas do Pacífico. Presume-se desta constatação que eles foram inicialmente para o Peru e o México e, em seguida, reemigravam para os Estados Unidos, já que o Japão havia assinado o Tratado de Comércio e Navegação com o Peru, em 1873 e com o México em 1888. Fatores que, provavelmente, motivaram o Congresso Americano a aprovar uma lei no ano de 1924, proibindo a entrada de imigrantes japoneses procedentes de Havaí no continente americano, mas também via Peru, Canadá e México (BORIS, 2000).

Tabela 1
Emigração japonesa para além-mar, segundo principais destinos
(1885-1955)

Períodos	Países latino-americanos, exceto Brasil	Havaí, EUA e Canadá	Ilhas do Pacífico	Brasil	TOTAL
1885-1890	16.815				16.815
1891-1895	20.429				20.429
1896-1900	60.268	1.314	791		62.373
1901-1905	34.292	7.658	3.495		45.445
1906-1910	52.965	3.515	14.738	1.714	72.932
1911-1915	16.624	8.484	5.161	13.371	43.640
1916-1920	19.911	12.713	8.656	13.576	54.856
1921-1925	14.072	5.936	3.691	11.350	35.049
1926-1930	5.311	20.400	10.429	59.564	95.704
1931-1935	1.022	12.860	4.424	72.661	90.967
1936-1940		14.776	3.491	15.473	33.740
1941-1945		520	294	1.277	2.091
1946-1950
1951-1955			987	7.751	8.738
TOTAL	241.709	88.176	56.157	196.737	582.779

Fonte: Saito (1961, p. 23), na base de dados do Ministério de Relações Exteriores do Japão

A emigração para o Peru iniciou-se a partir de 1899, na época das grandes migrações para a América Latina. Os nipônicos que entraram no Peru se destinavam a suceder os trabalhadores chineses como assalariados nas grandes plantações de cana-de-açúcar e

algodão, e no setor de pescado. Assim, de maneira idêntica à sucedida em Havaí, eram emigrações de caráter temporário, que visavam acumular recursos para retornar ao país de origem (SAITO, 1961, p. 24). Complementa Tsutsumi (2001, p. 124) que a primeira leva de imigrantes que desembarcou no Peru em 1899 (32º Ano da Era Meiji) era constituída de 790 pessoas, das quais faleceram 143 durante o primeiro ano, por doença e outros motivos, isto é, 18% haviam falecido em apenas um ano, o que os levou a fuga em bando.

Possivelmente foram muitas levas de imigrantes para o Peru que rumaram para os Estados Unidos, mas alguns deles desceram os Andes e se dirigiram para a Amazônia, atraídos pela notícia da prosperidade da exploração da borracha. Esses fugitivos, conhecidos como *Peru kudari*⁹, teriam avançado até a Amazônia brasileira, por volta de 1905 a 1907. Segundo o site da Biblioteca do Parlamento Japonês¹⁰, estima-se que até 1910, cerca de 400 ou 500 pessoas teriam chegado ao Brasil nestas condições, isto é, bem antes da imigração oficial para os estados do Pará e Amazonas que aconteceu somente em 1929 e 1930, respectivamente. O território do Acre era então uma espécie de ponto de encontro, onde mais de cem japoneses lá viviam naquela época, segundo Tsutsumi (2011, p. 124). Logo, apesar do censo brasileiro de 1920 constatar a presença de somente 26 japoneses no Acre, é possível que tivesse um número bem maior naquela região.

Importante registrar que a movimentação de japoneses para os países asiáticos aconteceu após as guerras Sino-Japonesa (1894-1895) e Russo-Japonesa (1904-1905) com a ocupação de Taiwan, Coreia, Manchúria e todo o nordeste da China, cujos territórios passaram para o controle militar e econômico do Japão. Depois, no término da Primeira Grande Guerra (1918), o Japão recebeu as Ilhas Palau, Carolinas, Marianas e Marshall, fortificando-as como parte de seu perímetro externo de defesa contra forças navais estrangeiras, e como parte de seu sistema de base para ataque às Filipinas e à Nova Guiné. Em 1931, os japoneses iniciaram a ocupação da Manchúria, região formada pelas três províncias do nordeste chinês. Em decorrência dessas possessões, o império japonês enviou uma leva significativa de emigrantes graduados à Manchúria, uma das regiões mais ricas em recursos naturais, com grandes reservas de carvão de pedra, jazidas de xisto, ferro e enormes florestas e grandes extensões de terras férteis, segundo Magalhães Filho (1973, p. 431). Com a perda desses territórios após a Segunda Guerra Mundial, a maioria dos imigrantes retornou ao Japão

⁹ Peru *kudari* significa literalmente os que desceram do Peru.

¹⁰ Cem anos de imigração japonesa no Brasil 2014.

e muitos reemigraram para o continente americano. A região Norte do Brasil recebeu vários desses imigrantes repatriados de Taiwan, Coreia e principalmente da Manchúria (MUTO, 2010).

QUANTOS ERAM E DE QUE REGIÕES VIERAM OS JAPONESES PARA O BRASIL

Apesar da emigração japonesa para o Brasil ter iniciado oficialmente em 1908, o apogeu dessa emigração deu-se nas décadas de 1920 e 1930. Conforme a Tabela 1, entre 1906 e 1910 emigraram para o Brasil somente 1.714 pessoas e 38.297 no período de 1911 e 1925. A partir de 1924 o governo japonês passou a subsidiar diretamente a vinda de seus súditos e o quantitativo de saídas para o Brasil passou para 147.698 entre 1926 e 1940. O maior fluxo ocorreu entre os anos de 1926 e 1935, que corresponde a 67% do total de emigrantes do período considerado (1885 e 1955), contra 20% no período de 1906 e 1925 e de 13% no período de 1936 e 1955.

Para esclarecer de que regiões vieram os imigrantes japoneses para o Brasil, cabe citar um importante levantamento realizado pela Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa¹¹, que registra o número de imigrantes japoneses residentes no Brasil chegados entre 1908 e 1962 e que relaciona todas as regiões e respectivas províncias de origem. Valemo-nos neste ponto dum mapa da divisão administrativa do Japão (Figura 1) e dos dados da Tabela 2.

Conforme a Figura 1, o Japão está dividido administrativamente em 47 prefeituras¹² agrupadas em 9 regiões (de Norte a Sul): Hokkaido (1 prefeitura), Tohoku (6 prefeituras), Kanto (7 prefeituras), Chubu (9 prefeituras), Kansai (7 prefeituras), Chogoku (5 prefeituras), Shikoku (4 prefeituras), Kyushu (7 prefeituras), e Okinawa (1 prefeitura).

O que se pode observar na Tabela 2, é que nesse período de mais de 54 anos, chegaram ao Brasil aproximadamente 229 mil imigrantes japoneses, vindos de todas as províncias do país, tanto antes como depois da Segunda Guerra Mundial. No total o número de imigrantes por província de origem variou de 994 (0,3%) em Chiba (região de Kanto) a 23.267 (8,1%) em Kumamoto (região de Kyushu). Do total mais de 80% chegaram antes da II Guerra Mundial.

¹¹ Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa 1964.

¹² Na divisão administrativa do Japão cada província tem a sua prefeitura. As prefeituras correspondem, portanto, as províncias.

Mesmo com fontes diferentes, é interessante comparar os números antes da Segunda Guerra Mundial (1945) das Tabelas 1 e 2. Os dados da Tabela 1 são registros acumulados ano a ano, conforme as saídas dos emigrantes, enquanto os da Tabela 2 se referem aos imigrantes sobreviventes no Brasil até 1962. Portanto, 8.720 (194.986 - 186.266) teriam falecido, retornado ao Japão, ou emigrado para outro país, até 1962. Essa cifra representa somente 4,5% de não sobreviventes, fato que corrobora o argumento de Levy (1974) do baixo retorno dos imigrantes japoneses do Brasil em relação a outras correntes migratórias¹³.

¹³ As cifras da Tabela 2, entretanto, podem ser afetadas por imigrantes sobreviventes originários de países diferentes do Japão. Contudo esta possibilidade é remota, pois, os dados dessa Tabela registram somente 6 japoneses originários de países outros que do Japão (6 pessoas vindas da Coreia). Os dados não permitem fazer comparação semelhante para aqueles chegados após a Segunda Guerra Mundial.

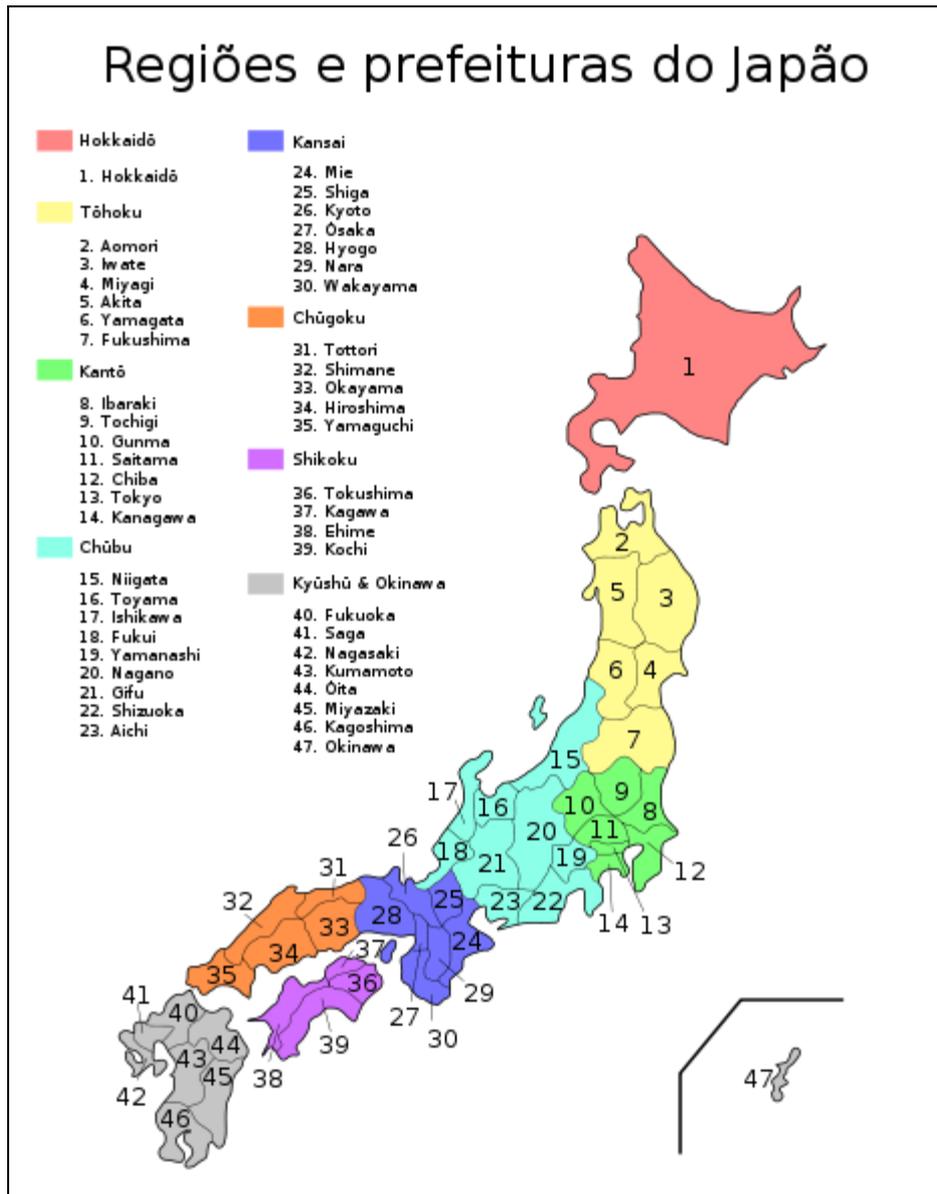


Figura 1: Divisão administrativa do Japão

Fonte: *Prefeituras do Japão*[Online]

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Regions_and_Prefectures_of_Japan_\(pt\).svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Regions_and_Prefectures_of_Japan_(pt).svg).

[17 de setembro de 2014].

Tabela 2

Regiões e províncias de origem dos emigrantes japoneses para o Brasil, conforme período de chegada (1908-junho 1962)

REGIÕES/ províncias de origem	ANTES II GUERRA		APÓS II GUERRA		TOTAL	
	Total	%	Total	%	Total	%
H OKKAIDO	13.033	7,0	2.670	6,3	15.703	6,9
1. Hokkaido	13.033		2.670		15.703	
TOHOKU	22.275	12,3	4.269	10,0	26.544	11,6
2. Aomori	835		450		1.285	
3. Iwate	2.263		174		2.437	
4. Miyagi	3.487		645		4.132	
5. Akita	2.080		227		2.307	
6. Yamagata	3.611		565		4.176	
7. Fukushima	9.999		2.208		12.207	
KANTO	10.554	5,7	4.681	11,0	15.235	6,7
8. Ibaraki	1.940		330		2.270	
9. Tochigi	889		205		1.094	
10. Gunma	1.788		986		2.756	
11. Saitama	825		232		1.057	
12. Chiba	667		327		994	
13. Tokyo	3.628		2.009		5.637	
14. Kanagawa	817		610		1.427	
CHUBU	19.562	10,5	2.953	6,9	22.515	9,8
15. Niigata	1.926		282		2.208	
16. Toyama	1.110		132		1.242	
17. Ishikawa	1.505		196		1.701	
18. Fukui	953		258		1.211	
19. Yamanashi	1.314		238		1.552	
20. Nagano	3.892		546		4.438	
21. Gifu	1.696		372		2.068	
22. Shizuoka	3.647		550		4.197	
23. Aichi	3.519		379		3.828	
KANSAI	16.300	8,8	3.199	7,5	19.499	8,5
24. Mie	1.963		363		2.326	
25. Shiga	1.026		65		1.091	
26. Kyoto	1.399		197		1.596	
27. Osaka	4.251		397		4.648	
28. Hyogo	2.267		507		2.774	
29. Nara	1.025		122		1.147	
30. Wakayama	4.369		1.548		5.917	

CHUGOKU	27.012	14,5	3.857	9,1	30.869	13,5
31. Tottori	1.513		171		1.648	
32. Shimane	1.391		216		1.607	
33. Okayama	5.761		679		6.440	
34. Hiroshima	12.687		1.058		13.745	
35. Yamaguchi	5.660		1.733		7.393	
SHIKOKU	12.171	6,5	2.943	6,9	15.114	6,6
36. Tokushima	1.076		197		1.273	
37. Kagawa	2.517		328		2.845	
38. Ehime	3.886		1.176		5.062	
39. Kochi	4.692		1.242		5.934	
KYUSHU	51.088	27,4	13.230	31,0	64.318	28,1
40. Fukuoka	15.959		3.321		19.280	
41. Saga	3.556		838		4.394	
42. Nagasaki	2.663		2.625		5.288	
43. Kumamoto	19.804		3.463		23.267	
44. Oita	2.009		315		2.324	
45. Miyazaki	1.632		1.277		2.909	
46. Kagoshima	5.465		1.391		6.856	
OKINAWA	14.271	7,6	4.829	11,3	19.100	8,3
47. Okinawa	14.271		4.829		19.100	
TOTAL	186.266	100,0	42.631	100,0	228.897	100,0

Fonte: Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa, 1964, com adaptações dos autores.

O maior contingente veio do sul do Japão, da região de Kyushu com 64.318 imigrantes (28,1% do total), especialmente das províncias de Kumamoto e Fukuoka. Da região central do Japão (Chugoku) vieram 30.869 (13,5%), sendo que a província de Hiroshima sozinha foi origem de 13.745 imigrantes. A terceira região de destaque foi Tohoku, que fica ao norte do Japão, de onde se originaram 26.544 imigrantes (11,6% do total), da qual a prefeitura de Fukushima foi a que mais contribuiu. De Okinawa se originaram 8% do total de imigrantes. Okinawa é um arquipélago bem distante das maiores ilhas do Japão, de clima quente, cuja população possui identidade bem peculiar, fato que deve ter contribuído para a emigração para o Brasil. A região de Kanto (Tokyo e as províncias ao redor) é a parte mais densamente povoada e onde está localizado o centro econômico e financeiro nipônico. Dessa região, onde mora praticamente um terço da população do Japão, saíram apenas 6,7% dos imigrantes; menos inclusive que os originários de Hokkaido, a região mais fria no extremo norte do país.

Assim, respondendo o questionamento inicial: de que regiões vieram, pode-se afirmar que a maioria dos imigrantes veio das regiões pobres do Japão, predominantemente de economia agrícola e de pesca. Vieram das províncias do sul (Kumamoto, Fukuoka, Kagoshima), ou do extremo sul (Okinawa). Vieram também da parte norte do Japão, lugares de clima muito frio, como as províncias de Fukushima e de Hokkaido. Como visto anteriormente, Kanto, a região mais desenvolvida e mais povoada do Japão, teve uma participação pequena na origem das migrações, o que vem indicar que a densidade demográfica por si só, não foi o fator determinante para a mobilidade dos japoneses.

AGRICULTORES PARA O BRASIL

Saito (1961), Handa (1987), Sano (1989), Bassanezi (1995), Bassanezi e Truzzi (2008), Kodama e Sakurai (2008), e outros, fazem relatos do processo imigratório dos japoneses no Brasil. Tais relatos demonstram que o governo japonês estava interessado em encontrar alternativas após o *Gentleman's Agreement* de 1907, que previa a contenção da emigração japonesa para os Estados Unidos da América. Pelo lado brasileiro, a vinda de imigrantes japoneses seria apenas uma experiência, ou melhor, “um ensaio”, para resolver a questão da falta de mão-de-obra para a lavoura cafeeira, em um período em que os países europeus estavam dificultando a vinda de imigrantes subsidiados, como atesta o Relatório da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras do Estado de São Paulo, de 1907 (BASSANEZI; TRUZZI. 2008, p. 73).

Embora o “ensaio” tivesse o propósito de atender à cafeicultura, os contratos abriam espaço para a vinda de outros profissionais como carpinteiros, ferreiros e outras profissões – desde que esses não ultrapassassem 5% do total dos imigrantes. Os contratos previam também a criação de núcleos coloniais destinados aos imigrantes japoneses que lograssem se tornar pequenos proprietários. A Companhia Imperial de Emigração do Japão, que assinou contrato com o governo do Estado de São Paulo, em 1907, por sua vez, deveria transportar do Japão ao porto de Santos, agricultores, constituídos em famílias compostas de três a dez pessoas aptas ao trabalho, que podiam ser homens ou mulheres, entre 12 e 45 anos (BASSANEZI; TRUZZI, 2008, p. 74).

Devido às dificuldades de adaptação e principalmente das queixas de fugas das fazendas de café, a segunda leva de imigrantes só aconteceu em 1910, quando o navio Ryojun-Marú trouxe 247 famílias, somando 906 passageiros, sob a tutela da companhia imigrantista Takemura Shokumin Shokan (Comercial Colonizadora Takemura). A partir dessa

leva algumas condições foram impostas pelo governo do Estado de São Paulo à vista do mau resultado obtido com os primeiros imigrantes, principalmente no tocante a redução dos subsídios e “de tudo suportar durante 2 anos”, inclusive proibição de greves e de atos semelhantes, conforme assevera Handa (HANDA, 1987, p. 63).

Na avaliação desta autora, devem-se acrescentar alguns pormenores que levaram os colonos a fugir das fazendas: os agricultores japoneses, apesar de serem de uma classe inferior na hierarquia social, sempre trabalharam com certa autonomia num sistema de cooperativismo local, o que confrontava com a prática autoritária dos capatazes das fazendas acostumados a lidar com escravos. Outro fator relevante era o melhor nível de educação de muitos colonos japoneses, que proporcionava perspectivas e possibilidades de se tornarem pequenos produtores, ou prestadores de serviços, cujas oportunidades já despontavam com o desenvolvimento econômico do Brasil, como aborda Sano (1989).

Depois da segunda metade dos anos de 1920, a emigração japonesa passou a ser politicamente orientada pelo governo japonês, em consonância com os ideais expansionistas que ganhavam impulso naquele país. Enquanto que no Brasil, com a volta da paz na Europa, foi reiniciada a imigração de italianos, portugueses e espanhóis, e novamente declarado o corte das subvenções aos japoneses em 1921. O argumento invocado foi que a concessão de subvenção aos imigrantes não estáveis só aumentava as despesas, sendo melhor destiná-las aos imigrantes estáveis da Europa meridional. Após muitas negociações foi concedida subvenção pelo governo de São Paulo em 1922 para cerca de 600 imigrantes japoneses e a partir dessa data não foram mais concedidas subvenções à imigração japonesa (HANDA, 1975).

Com a política de subsídio adotado pelo governo japonês a partir de 1923 a emigração japonesa começou a ganhar impulso acelerado em 1925, passando a ocupar outras regiões do Brasil, inclusive para a região Amazônica. Se no período de 1910 a 1919 entraram 27.432 imigrantes, nessa segunda década, de 1920 a 1929, entraram 58.284 imigrantes como registra Levy (1974). Tal crescimento é explicado também por outros fatores como: o crescimento das relações econômicas entre Japão e Brasil e pelo fato do Peru, seguindo a política dos Estados Unidos, ter deixado de receber imigrantes japoneses a partir de 1924 (KODAMA; SAKURAI, 2008, p. 21), fato que estimulava o redirecionamento para o Brasil. Assim, impulsionada pelo incentivo do próprio governo japonês e pela demanda brasileira por mão-de-obra para a cafeicultura em expansão no oeste paulista, a onda migratória japonesa para o Brasil trouxe,

segundo a Embaixada do Brasil em Tóquio¹⁴, 188.986 imigrantes no período que vai da chegada do Kasatu Maru (18 de junho de 1908) até 1945.

A partir da década de 1940, os fluxos migratórios começam a expandir em várias direções, inclusive para a região Norte. O estado do Paraná, que no início tinha a maior porcentagem dentre os imigrantes originários da Itália, passou a ver essa nacionalidade suplantada por poloneses em 1940 e por japoneses de 1950 em diante (LEVY, 1974).

Analisando a literatura existente sobre o assunto e os relatos dos próprios imigrantes japoneses, constata-se que os de pré-Segunda Guerra Mundial caracterizam-se por ser de procedência rural. Geralmente eram pequenos proprietários ou arrendatários agrícolas que vinham com intenção de retornar após o sucesso econômico rápido. Já os imigrantes de pós-Segunda Guerra, muitos não atendiam o requisito de ser agricultor, simplesmente assim se autodeclaravam por uma questão de contingência, para receber os subsídios dos governos japonês e brasileiro, seja em termos de passagens, ou na distribuição de terras devolutas e acesso a financiamentos. Na verdade, muitos desses novos imigrantes eram estudantes recém-formados ou ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, ou repatriados (da Manchúria, Coréia, Taiwan), ou de profissionais de outros setores, de modo que alguns vieram pegar na enxada pela primeira vez no Brasil (MUTO, 2010).

Entretanto, vieram com o ânimo da permanência, isto é, de morar definitivamente no Brasil após a situação precária e conturbada do Japão pós-guerra. De princípio, os requisitos eram para as unidades familiares nucleares, ou seja, formadas pelo casal com filhos solteiros. Para atender o requisito de 3 adultos (com mais de 16 anos), muitos chefes de família vinham acompanhados de pais ou sogros, ou irmãos ou cunhados, ou ainda primos ou amigos da família. Depois chegaram outros imigrantes de forma isolada por carta de chamada pelos chefes das famílias. Há situações que chegavam as noivas de encomenda em grupos para casar com os jovens imigrantes como aconteceu frequentemente nos primeiros anos da imigração (MUTO, 2010).

Assim, respondendo o porquê da vinda de agricultores, pode-se afirmar sucintamente que: (1) os acordos internacionais sempre exigiram agricultores, uma vez que precisavam de braços para tocar a agricultura - base da economia do país hospedeiro; (2) a agricultura representava a base da economia japonesa e a sua população detinha uma longa tradição na agricultura intensiva; e (3) devido a fatores geográficos, demográficos e políticos havia

¹⁴ Consulado Geral do Japão em São Paulo, 2014

grande interesse do governo japonês em promover a expansão da agricultura além-mar para abastecer as indústrias e o mercado japonês.

CONDICIONANTES QUE FAVORECERAM A FIXAÇÃO DOS JAPONESES NO BRASIL

Pode-se deduzir que muitos japoneses deixaram temporariamente o seu país, pressionados com as mudanças do novo regime e seus ideais expansionistas, numa época em que o mundo estava passando por grandes transformações políticas e sociais. Entretanto, no caso dos japoneses, essa resposta parcial ao problema demográfico e as transformações advindas das guerras, constituía uma violação profunda de todos os sentimentos de família e comunidade de uma etnia, que ao longo da história havia formado o espírito nacional, naquilo que os japoneses costumam chamar de “sentimento de ilha” - posto que sempre viveram isolados pelo mar e presos às tradições culturais, fato que propiciou uma emigração intensa no período antes da Segunda Guerra Mundial.

Assim, a despeito de esforços empenhados pelos órgãos condutores da imigração para a integração social, a situação de relativo isolamento das comunidades nipônicas em busca da manutenção dos padrões culturais japoneses, reforçados pelas associações culturais e escolas de língua japonesa geravam tensões com a população local (brasileira), dando motivos para o debate sobre a não assimilação dos japoneses pelos arautos do nacionalismo. Por outro lado, o processo de expansão emigrantista japonesa contava com a participação de empresas de emigração, das quais a mais importante foi a Companhia Ultramarina de Desenvolvimento SA (KKKK - Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha - fundada em 1917), com objetivo de fixar colonos proprietários em terras adquiridas pelas empresas ou cedidas pelo governo de São Paulo. A partir de então, deu-se início a diversificação da produção agrícola. Além do café, plantava-se algodão, arroz, milho, chá, hortaliças e criava-se o bicho-da-seda. Os pequenos núcleos como os de Iguape, Registro, Promissão, Lins e Suzano, entre tantos outros ajudaram a desenvolver os atuais municípios paulistanos (KODAMA; SAKURAI, 2008, p. 20-21).

Depois da derrota na Segunda Guerra Mundial, muitos nipônicos das antigas possessões e colônias japonesas (Taiwan, Coreia, Manchúria) repatriaram para o Japão, mas não encontrando mais espaço naquele país em situação de comoção, juntaram-se ao contingente de desempregados e desesperados em busca de oportunidade além-mar, cujo fluxo migratório para o Brasil reiniciou em 1952. A Kaikyoren (Kaigai Kyokai Rengokai – Federação das Associações Ultramarinas), organização filiada ao governo japonês efetuava

recrutamento, seleção e transporte de emigrantes para o exterior. Nesse novo cenário, diferentemente dos emigrantes agricultores de outrora, os novos emigrantes de pós-guerra tinham formação diversificada e intenção de fixar-se de forma permanente no Brasil, na Argentina e no Paraguai (JAMIC, 1988).

No Brasil os agentes intermediários se encarregavam da distribuição dos imigrantes para as colônias agrícolas de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso e uma pequena parcela para o Nordeste. No Norte os imigrantes foram distribuídos para as áreas remotas dos estados do Amazonas, do Pará e dos ex-territórios federais do Amapá, Acre, Guaporé (Rondônia) e Rio Branco (Roraima) (MUTO, 2010).

A partir da década de 1960, os imigrantes passaram a contar com o apoio da JAMIC (*Japan International Co. Kokusai Kyorioku*), depois da JICA (*Japan International Cooperation Agency*), que foi fundamental para a fixação desses japoneses no solo brasileiro, pois além de terem adquirido terras, investiram em infraestrutura (estradas, transporte, hospitais, escolas etc.) para suprir as necessidades básicas das colônias agrícolas. Por conta de todo o esforço engendrado pelas autoridades e pelas empresas que participaram desse processo migratório, no período entre 1952 e 1986 emigraram 53.438 pessoas, a maioria de agricultores e uma minoria de técnicos contratados para a indústria e comércio e por chamada de parentes, conforme dados do Ministério das Relações Exteriores do Japão (JAMIC, 1988, p. 124).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Restauração Meiji (1868-1912) representa o fim do *Shogunato* e a abertura do país para o mundo ocidental. Nessa fase de transição - da era feudal para o regime democrático e de economia capitalista - houve profundas mudanças estruturais e repercussão na ordem das comunidades rurais, posto que os senhores feudais e seus vassallos ao perderem as suas terras desestabilizaram a estrutura vigente, que por sua vez provocaram a redução dos postos de trabalho (desemprego em massa) e da produção rural. É justamente nesse contexto histórico, marcado pela restauração do governo imperial e término do isolamento do Japão, que o imperador Matsuhito (1852-1912) deu guarida ao desenvolvimento industrial, impulsionando grande parcela da população agrícola ao êxodo rural-urbano e conseqüente aviltamento do trabalho não qualificado nas metrópoles. Na disputa entre o capital e o trabalho, muitos viram

a vida tornar-se opressiva e sem perspectiva de retorno a terra natal face à situação demográfica e social vigente, forçando muitos a procurar trabalho no exterior.

Suspensa a barreira restritiva de acesso ao mundo ocidental, o processo migratório intensificou-se em 1868, justamente no começo da Era Meiji, com destino às ilhas do Havái, mas depois se espalhou em vários recantos do planeta. A diáspora japonesa se estendeu para EUA, Canadá, América Latina (México, Peru, Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia), Austrália e Nova Zelândia. Na Ásia estabeleceram colônias em Filipinas, Coreia, Taiwan, Manchúria (China), Indonésia, Tailândia, Ilhas do Pacífico (Palau, Carolinas, Marianas e Marshall). As sucessivas emigrações japonesas ocorreram normalmente em grupos de algumas dezenas ou até de centenas de pessoas sob a tutela dos acordos internacionais controlados pelo Ministério das Relações Exteriores do Japão e conduzidos, ora pelas agências governamentais, ora pelas companhias de colonização, que serviram como verdadeiras empresas empreendedoras na fixação dos imigrantes nas novas terras. Fazia parte do planejamento dos empreendedores, cultivar grandes plantações de café, algodão, e cacau, entre outros produtos para exportação, visto que as empresas japonesas também precisavam de matéria prima para a expansão de suas indústrias.

Numa perspectiva macrossociológica, pode-se afirmar que houve inter-relações efetivas entre o processo migratório japonês e as mudanças estruturais internas, seja de ordem política, econômica ou social. No caso da política expansionista mantida por diferentes governos da Era Meiji a emigração representa o processo de expansão econômica japonesa, que contava com a participação de empresas de emigração, que tinham como objetivo fixar colonos proprietários em terras adquiridas pelas empresas (Federação das Associações Ultramarinas ou *Kaikyoren - Kaigai Kyokai Rengokai*; Jica - *Japan International Cooperation Agency*, entre outras) ou cedidas pelo governo de São Paulo. Razão porque a emigração clandestina foi bastante reduzida e as redes sociais bastante evidentes.

Numa visão microssociológica, a despeito da assistência dos governos e de outras variáveis exógenas que favoreceram a vinda dos japoneses, entende-se que os valores culturais foram fundamentais para a fixação desse povo em terras americanas. Pois, ultrapassadas as dificuldades iniciais da língua e costumes, os imigrantes tiveram fôlego para suportar os anos de penúria em seu lote de terra tão sonhada pelo pequeno agricultor japonês. Cabalmente, os valores como disciplina, trabalho árduo, perseverança, frugalidade e tenacidade para suportar as adversidades - aquilo que os japoneses chamam de “*gaman*” -

deram as forças necessárias para manter os japoneses da primeira e segunda geração até a assimilação de seus descendentes. A preocupação com a educação fez os imigrantes se mobilizarem para encaminhar os filhos às escolas, fator fundamental para a ascensão social dos descendentes e a sua integração com a sociedade brasileira.

Desse panorama histórico, pode-se concluir que a permanência dos nipônicos no Brasil foi o primeiro passo para a obtenção de produtos naturais como: café, açúcar, algodão, cacau, juta, pimenta-do-reino, sementes oleaginosas, minérios e outras matérias-primas tão importantes para as indústrias japonesas. Por outro lado, a imigração serviu de ponte para a inserção de grupos empresariais nipônicos no mercado brasileiro, desde o setor de alimentação e eletroeletrônicos até o da indústria pesada. Há vários anos o Japão é o centro de vanguarda da indústria eletrônica, do setor automobilístico e ferroviário, dentre outras conquistas. A corrente de comércio entre Brasil-Japão tem sido intensa e, até recentemente, era o terceiro maior parceiro comercial do Brasil.

REFERÊNCIAS

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide (Coord). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 1-37.

BASSANEZI, M; TRUZZI, Osvaldo Mario Serra. Plantadores do futuro: japoneses em São Paulo na primeira metade do Século XX. In: SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates (Orgs.). *Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008, p.73-87.

BORIS, Fausto. *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 2000.

Cem anos de imigração japonesa no Brasil [Online] <http://www.ndl.go.jp/brazil/pt/greetings.html> [02 de fevereiro de 2014].

COMISSÃO DE RECENSEAMENTO DA COLÔNIA JAPONESA. *The Japanese Immigrant in Brazil*. Tokyo: The University of Tokyo Press, 1964.

CONSULADO GERAL DO JAPÃO EM SÃO PAULO. *O mundo da comunidade Nipo-Brasileira em São Paulo*. [Online].

<http://www.sp.br.emb-japan.go.jp/pt/comunidade/historico.htm> [28 fevereiro de 2014].

HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola*. Belém-PA: Embrapa Amazônia Oriental/Fiepa, 2007.

JAMIC– Japan Internacional Co. Kokusai Kyorioku. *Relatório da JAMIC/JAMES*. Tokyo: JAMIC, 1988, 315 p. (em japonês).

KLEIN, H. *Migração internacional na história das Américas*. In: BORIS, Fausto (Org). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 2000, p.13-31.

KODAMA, Kaori; SAKURAI, Célia. Episódios da imigração. Balanço de 100 anos. In: SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates (Orgs.) *Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008, p.17-29.

LANDES, David S. *Riqueza e a pobreza das nações: por que alguns são tão ricos e outros tão pobres*. 3ª. Edição. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). *Revista Saúde Pública*, 1974, n.8 (suplemento), p. 49-90.

MAGALHÃES FILHO, Francisco. *História Econômica*. São Paulo: Sugestões Literárias S/A, 1973.

MUTO, Reiko. *Japão na Amazônia: condicionantes para a fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)*. Dissertação de mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Belém: Universidade Federal do Pará. Belém, 2010.

SAITO, Hiroshi. *O japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1961.

SANO, Rui Kban. *Japoneses: sonhos e pesadelos*. Publicação mensal do Fundo de Assistência à Cultura. Campinas, 1989 [Online]. <http://www.terrabrasileira.net/folclore/influenc/japonhis.html> [15 de fevereiro de 2009].

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

SETTE, Luiz Paulo Lindenberg. *A revolução samurai*. São Paulo: Massao Ohno Editor. Aliança Cultural Brasil-Japão, 1991.

TEIXEIRA, Romeu do Nascimento. *O Sol Nascente na Amazônia*. São Paulo: Alumínio Brasileiro S. A., 1997.

TSUTSUMI, Gota. A pré-história da imigração japonesa na Amazônia. In: MARUOKA, Y. (Org). *70 anos da imigração japonesa na Amazônia*. São Paulo: APANB, 2001.

Recebido em 05/09/2015 e aceito em 01/12/2015.